

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.167 - PR (2019/0198277-4)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU - VIZIVALI
ADVOGADO : RODRIGO BIEZUS E OUTRO(S) - PR036244
AGRAVADO : CLEIDE DE QUADROS
ADVOGADOS : DIEGO CANTON E OUTRO(S) - PR054242
WILIAN NORIO MISSAWA - PR038806
AGRAVADO : UNIÃO
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : ROBERTO BENGHI DEL CLARO E OUTRO(S) - PR031448
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu – Vizivali contra decisão que inadmitiu o recurso especial com base no óbice da Súmula 7/STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 1.440):

JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TEMA 928 DO STJ. VIZIVALI. RECUSA DE REGISTRO DE DIPLOMA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ADEQUAÇÃO DO JULGADO AO DECIDIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CPC- 73, ART. 543-C, § 7º, II; CPC-2015, ART. 1040, II.

Tendo o acórdão deste órgão fracionário do Tribunal contrariado o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de Recurso Especial Repetitivo quanto à questão objeto do Tema 928, procede-se à devida adequação do julgado para afastar a condenação do Estado do Paraná ao pagamento de indenização por dano moral, porque descabe falar na condenação desse ente no caso de estagiário.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

A agravante sustenta violação dos arts. 1.030, II, 1.039, 1.040, II, 1.041, § 1º, do CPC/2015 sob a alegação de que está comprovado nos autos ser a demandante aluna que detinham vínculo precário com a instituição, pois o exercício da docência era feito na condição de voluntário, razão pela qual deve a responsabilização pelo ato ilícito recair contra a União e o Estado do Paraná.

Aduz, também, negativa de vigência ao art. 14, § 3º, II, do CDC, ao fundamento de que está caracterizada a excludente de responsabilidade por

Superior Tribunal de Justiça

culpa de terceiro, no caso, do Estado do Paraná, pois o programa de capacitação oferecido pela Vizivali ocorreu com suporte em autorização do Conselho Estadual de Educação.

Aponta malferimento dos arts. 87, § 3º, III, da Lei n. 9.394/1996; e 186, 188, I, e 927 do Código Civil, pois a seu ver:

[...] o v. acórdão recorrido deixou de reconhecer que, em nenhum momento, a Deliberação 04/2002, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que reproduziu o art. 87, § 3º, III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, restringiram a oferta do programa de modo a excluir professores que atuassem sem vínculo empregatício, substitutos, voluntários ou estagiários. (e-STJ, fl. 1.551/1.552)

Por fim, sustenta infringência aos arts. 80 da Lei n. 9.394/1996; 6º da Lei de Introdução ao Código Civil; e 112 e 114 do Código Civil, uma vez que o serviço educacional teria sido ministrado com base em autorização expedida pelo órgão que se apresentava como competente para o ato e de acordo com a lei vigente ao tempo da consumação dos fatos.

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ, fls. 1.575-1.578 e 1.583-1.587.

É o relatório.

O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Corte, firmado por ocasião do julgamento do REsp 1.498.719/PR, submetido ao rito do art. 1.036 do CPC/2015, de minha relatoria, segundo o qual:

[...] inexistindo ato regulamentar, seja do Conselho Nacional de Educação, seja do Conselho Estadual de Educação do Paraná, sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu relativamente a alunos estagiários, descabe falar em condenação dos aludidos entes, devendo a parte que entender prejudicada postular a indenização em face, tão somente, da instituição de ensino.

De ressaltar que para se alterar a conclusão do Tribunal local quanto à natureza do vínculo entre a demandante e a instituição de ensino, como pretende a insurgência, seria necessária a revisão dos elementos fático-probatórios dos autos, medida vedada na via eleita em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Nessa linha:

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL ATESTADA NA ORIGEM. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO NO MEC. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. A despeito da oposição de embargos declaratórios, o descumprimento do

Superior Tribunal de Justiça

indispensável prequestionamento do dispositivo de lei tido como violado inviabiliza a pretensão recursal. Aplicação da Súmula 211/STJ.

2. O Tribunal de origem, no caso concreto, entendeu haver responsabilidade civil da Faculdade Vizivali, pois esta admitiu e manteve a matrícula de alunos "professores voluntários ou estagiários", mesmo ciente de que eles não atendiam os requisitos para a participação em programa de capacitação. Insuscetível de revisão o referido entendimento, por demandar reexame do conjunto fático-probatório, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no REsp 1.472.931/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/2/2015, DJe 20/2/2015)

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA. FORMAÇÃO DE DOCENTES. CREDENCIAMENTO. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO. ATRASO NO REGISTRO DOS DIPLOMAS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ E DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. REVISÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. SÚMULA 7/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de Ação de Indenização por danos morais cumulada com pedido de condenação em obrigação de fazer, em razão da falta de entrega de diploma relativo ao Programa de Capacitação para Docência do Ensino Fundamental e da Educação Infantil - CNS, na modalidade semipresencial oferecida pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - Vizivali.

2. Inicialmente, constata-se que não se configura a ofensa ao art.

535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

3. A resolução do presente litígio perpassa pela definição do ente federativo competente para proceder ao credenciamento do curso superior semipresencial para a formação de docentes no aludido Programa de Capacitação para Docência.

4. Os Estados membros não possuem competência para credenciar instituições de ensino superior que ministram cursos a distância, conforme o disposto no art. 80, § 1º, da LDB.

5. Consoante entendimento assentado no REsp 1.486.330/PR, de relatoria do eminente Ministro Og Fernandes, "A atribuição conferida aos Estados para a realização de programas de capacitação para os professores, valendo-se, inclusive, dos recursos da educação à distância - art. 87, III, da LDB - não autoriza os referidos entes públicos a credenciarem instituições privadas para promoverem cursos nessa modalidade, considerando-se o regramento expresso no art. 80, § 1º, da Lei 9.394/96, o qual confere à União essa prerrogativa".

6. Como o Estado do Paraná usurpou a competência da União, não resta dúvida de que lhe deve ser atribuída a responsabilidade.

7. Ademais, a revisão das premissas fáticas para afastar do Estado do Paraná a responsabilidade pelo não fornecimento do diploma pleiteado pela recorrida exige revolvimento fático-probatório, procedimento vedado no âmbito do

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial (Súmula 7/STJ).

8. Do mesmo modo, não se pode rever as premissas adotadas pelo Tribunal *a quo* para imputar à instituição de ensino a responsabilidade pelo danos decorrentes do não fornecimento de diploma, pois tal procedimento esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Precedentes do STJ.

9. Ausente exorbitância constatável de plano em relação ao valor da indenização por danos morais, a revisão do montante arbitrado pressupõe revolvimento de matéria fática (Súmula 7/STJ).

10. Recurso Especial do Estado do Paraná conhecido em parte, e não provido. Recurso Especial da instituição de ensino não conhecido.

(REsp 1.524.143/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/5/2015, DJe 30/6/2015)

Quanto aos demais aspectos, observo que a Corte de origem não se manifestou sobre nenhum dos artigos tidos por violados e teses correlatas nem sequer foi instada a tanto por meio dos aclaratórios opostos, o que atrai a incidência da orientação firmada na Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator